

Concepções sobre a condição de deficiência: o olhar de estudantes do ensino superior que vivenciam essa realidade

Susana Couto Pimentel (UFRB) | scpimentel@ufrb.edu.br

Laíse Lima Santana (PIBIC/UFRB) | laiselima@hotmail.com

Valterci Ribeiro (PIBIC/UFRB) | val.rib@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma investigação realizada entre estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia na qual se objetivou analisar a concepção de deficiência que permeia os seus discursos. Entende-se a relevância deste estudo por possibilitar discussões sobre a condição de ser e estar no mundo de pessoas com deficiência, matriculadas no ensino superior. A metodologia utilizada para a discussão dos dados foi a análise de conteúdo realizada a partir da aplicação de entrevista semiestruturada com oito estudantes com deficiência. Após a transcrição das falas dos entrevistados, o conteúdo das mensagens foi analisado em profundidade, buscando pistas que apontassem a concepção dos discentes sobre a sua condição de deficiência. Dessa análise emergiram duas categorias que consideravam a deficiência como um problema inerente à pessoa ou como uma condição potencializada pela interação com o meio. Espera-se que esta análise possibilite releituras sobre a condição de deficiência, pois tal concepção assumida socialmente não é ingênua, mas influencia profundamente a construção de políticas, práticas e atitudes em contextos institucionais.

Palavras-chave: Deficiência. Concepção. Modelo social. Modelo médico.

ABSTRACT

This work is the result of an investigation conducted among students with disabilities enrolled in undergraduate of the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia which aimed to analyze the concept of disability that permeates his speeches. It is understood the relevance of this study allow for discussions about the condition of being in the

world of people with disabilities enrolled in higher education. The methodology used for the discussion of the data content analysis was performed from the application of semi-structured interviews with eight students with disabilities. After transcription of the interviews, the content of messages was analyzed in depth, looking for clues that pointed out the conception of students about their deficient condition. Two categories emerged from this analysis that considered disability as a problem inherent to the person or as a condition enhanced by interaction with the environment. It is hoped that this analysis allows readings about the condition of disability as socially assumed such a conception is not naive, but profoundly influences the construction of policies, practices and attitudes in institutional settings.

Keywords: Disability. Design. Social model. Medical model.

A concepção de deficiência assumiu diferentes vieses no decorrer da história da humanidade, abrangendo inicialmente uma perspectiva que enfatizava o defeito e, portanto, condenava à morte os que vivenciavam esta condição, sendo que, posteriormente, passaram a predominar as explicações sobrenaturais, isto é, vinculadas a interferências de deuses ou demônios.

Essas perspectivas só foram arrefecidas quando estudos na área da saúde, desenvolvidos já na idade moderna, trouxeram dados para a construção do paradigma clínico que compreende a deficiência como impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial que determinam e, muitas vezes, limitam a ação de quem a possui. A abordagem clínica relaciona, então, a deficiência a um problema orgânico, enfatizando as limitações que derivam desta condição e que colocam o sujeito com deficiência numa condição diferente no exercício dos seus direitos.

Entretanto, nas últimas décadas outro paradigma tem explicado a deficiência, entendendo-a com base numa concepção social sob a perspectiva de que os fatores orgânicos são potencializados pelo contexto social limitador. Assim, a condição de deficiência, ainda que vinculada a uma causa orgânica específica, relacionada a disfunções de ordem física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla, pode ser potencializada pelo contexto no qual o sujeito está inserido.

Nessa perspectiva “a deficiência é o resultado de uma sociedade que não se encontra preparada nem projetada para atender às necessidades de

todos e todas, senão só de determinadas pessoas” (PALACIOS, 2008, p. 32)¹. Deste modo, as causas da deficiência são, sobretudo, sociais, pois

não são as limitações individuais a raiz do problema, porém as limitações da própria sociedade, para prestar serviços apropriados e para assegurar adequadamente que as necessidades das pessoas com deficiência sejam levadas em conta dentro da organização social (PALACIOS, 2008, p. 103-104)².

Isso significa que a “limitação” orgânica pode ser extremamente reforçada por determinados discursos e práticas sociais os quais compõem uma deficiência secundária, ou seja, construída socialmente. Esta, no entanto, pode ser mais limitante que a deficiência primária, isto é, aquela de causa orgânica (VYGOTSKY, 1989).

Assume-se, portanto, neste artigo a concepção de deficiência não como uma questão meramente orgânica, mas como um resultado da interação do sujeito que está nesta condição com o mundo que o cerca. De acordo com o Decreto Legislativo nº 186/2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, transformando-o em emenda constitucional,

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2008)

Observa-se, portanto, que as barreiras provenientes da interação social, agravam a condição da deficiência orgânica. Nesse sentido, infere-se que a deficiência pode ser também potencializada pelo processo de atribuição de expectativas sociais ao sujeito que está nesta condição. Por exemplo, em nossa sociedade capitalista e com foco na produtividade, a pessoa

¹ Tradução nossa.

² Tradução nossa.

com deficiência é considerada como desviante das normas estabelecidas socialmente, não sendo, portanto, aceita pelos padrões de normalidade. A condição de deficiência está ligada, então, às normas, preconceitos e valores presentes na interação entre os que nomeiam e os que são nomeados. Portanto, a concepção de deficiência é também linguística, sendo simbólica e socialmente mediada.

Diante do exposto, objetivou-se nesta pesquisa analisar a concepção de deficiência que permeia o discurso de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta pesquisa está contida em uma investigação maior que buscou mapear as condições de inclusão oferecidas por esta instituição federal de ensino superior aos seus estudantes com deficiências.

A UFRB é uma instituição pública, criada pela Lei nº 11.151/2005 no processo de interiorização e expansão da educação superior federal. No contexto baiano, esta universidade tornou-se a segunda instituição de ensino superior federal após 60 anos da criação da primeira universidade federal neste estado. Como forma de atender à proposta de interiorização, a UFRB possui uma estrutura *multicampi*, sendo que seus quatro *campi* estão organizados por Centros de Ensino em diferentes municípios do Recôncavo da Bahia. As atividades acadêmicas da UFRB foram iniciadas no segundo semestre de 2006 com a oferta de 15 cursos de graduação e em 2012, seis anos depois, a instituição ofertava 39 cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa investigação foi a análise do conteúdo da fala de oito estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da UFRB, buscando através dos seus relatos compreender o complexo fenômeno social e psicológico da concepção da condição de deficiência por pessoas que vivenciam esta realidade. A entrevista semiestruturada foi o instrumento utilizado para recolha dos dados por permitir ao pesquisador planejar *a priori* algumas questões norteadoras estruturantes que asseguram a abordagem do objeto em estudo; por outro lado, este tipo de entrevista é suficientemente flexível para possibilitar ao entrevistador a construção de outras questões consideradas cruciais para explorar a fala dos seus interlocutores.

A análise do conteúdo permite um estudo em detalhes dos sentidos e significados expressados pelos sujeitos da pesquisa na comunicação de suas concepções sobre um determinado tema, permitindo a análise do conteúdo

da mensagem veiculada, seja ela verbal, silenciosa ou gestual (FRANCO, 2007). A análise do conteúdo possibilita, portanto, ao pesquisador captar, nos enunciados, gestos ou silêncios de seus interlocutores, a expressão dos sentidos atribuídos a determinado tema - no caso desta pesquisa, a concepção sobre a condição de deficiência.

Com vistas a manter a fidedignidade das falas dos sujeitos³ participantes desta pesquisa, durante a entrevista foi utilizado o recurso de gravação em áudio com permissão prévia dos entrevistados, através da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para posterior transcrição na íntegra.

O levantamento dos estudantes que participaram como sujeitos nesta investigação foi feito com base na indicação de Coordenadores de Colegiado dos cursos de graduação através de preenchimento de um questionário aplicado no início da investigação. Este recurso metodológico foi necessário, pois a instituição não possuía registro confiável sobre número de estudantes com deficiência matriculados. Os resultados dos questionários respondidos apontam que, dos 6.359 estudantes matriculados em 2011, apenas oito foram detectados com algum tipo de deficiência, sendo: seis com deficiência física, um visual e um com deficiência auditiva.

As questões definidas na entrevista para que os interlocutores discorressem foram: Qual a sua concepção sobre a deficiência? Que concepção de deficiência você percebe nos demais sujeitos da instituição que interagem com você? A partir da transcrição das falas, foi possível selecionar as assertivas que abordavam a concepção dos sujeitos participantes sobre a sua condição de deficiência.

O conteúdo das mensagens foi, então, analisado de modo exaustivo, visando considerar todos os elementos presentes nas falas, de modo a proceder ao levantamento das categorias de análise. Segundo Franco (2007, p. 59), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. As categorias foram, pois, levantadas a partir do conteúdo das respostas dadas pelos participantes da pesquisa, seguindo o critério semântico do significado e

³ Com vistas a preservar a identidade destes sujeitos, os nomes utilizados para os mesmos ao longo deste trabalho são fictícios.

sentido atribuídos pelos interlocutores às questões propostas acerca da concepção de deficiência.

A partir dessa análise do conteúdo das falas foram levantadas duas categorias: a deficiência como um problema inerente à pessoa e a deficiência como uma condição potencializada pela interação com o meio.

A deficiência como um problema inerente à pessoa

O modelo médico de análise da deficiência a considera como uma marca do indivíduo, como uma patologia inerente ao ser. Este modelo, que se assenta no diagnóstico patologizante dos indivíduos, prende a pessoa ao rótulo de um atributo que lhe falta. “O diagnóstico, como diz Illich (1975), cria uma penosa desarmonia entre a pessoa diagnosticada e o seu ambiente social, que tende a se organizar contra ela. (...) Ela é destacada pelo que é considerado, nela, impeditivo de seguir o fluxo comum da vida” (TUNES, 2007, p. 54).

Nesta perspectiva, a deficiência é vista como um problema, uma questão de anormalidade estrutural do sujeito. Essa condição de anormalidade traz para o sujeito uma sensação de incapacidade, isto é, de não poder realizar atividades consideradas normais, colocando-o numa condição de desvantagem social (BASTOS, 2006). Isso pode ser visto na fala do entrevistado a seguir.

É você saber que tem direito de fazer aquilo e não poder. (...) Quando você tem um problema você tem que se adaptar a ele. Eu não me aceitava assim, eu tinha muita vergonha... Depois eu encarei. Eu nasci praticamente assim, ninguém pode me mudar, só Deus! Todos estão sujeitos a ter uma intempérie do destino e ter algum problema e ficar assim. Por exemplo, ter sequelas, como em queimaduras. (...) Antes eu mesmo tinha dificuldades, mas hoje em dia quem quiser que me aceite como eu sou. Muitas pessoas não têm maturidade ou a pessoa sofreu algum trauma por ter ficado deficiente, como em acidentes, por isso são resistentes. (Trecho da entrevista feita com Adelmo, estudante com Deficiência Física de um curso Superior Tecnológico).

Observa-se nessa fala o esforço de aprender a lidar com a deficiência, tendo em vista que a mesma é considerada como um estigma, uma marca visível que coloca quem a possui numa condição inferior. Para Goffman (1988), o estigma é uma identidade social produzida a partir de referências depreciativas que não correspondem às exigências sociais do que o indivíduo deveria ser. Esse estigma constitui-se num estereótipo criado socialmente que reduz a pessoa ao seu “defeito” ou a sua “desvantagem”.

Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entre em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido. (...) Quando um estigma é imediatamente perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere com o fluxo da interação (GOFFMAN, 1988, p. 59).

Outra abordagem presente na fala do entrevistado é relacionada à deficiência como problema, como algo que o coloca numa condição diferente do exercício do direito: “É você saber que tem direito de fazer aquilo e não poder”. Nestas duas formas de abordagem descritas, a deficiência é vista como algo físico, orgânico, porém que traz limitações sociais.

Certamente a deficiência relaciona-se a alguma “limitação” orgânica (sensorial, motora, intelectual), porém esta “limitação” pode ser extremamente potencializada quando reforçada por determinados discursos e práticas sociais. Mantoan (2000) utiliza os termos déficit real para se referir às questões orgânicas e déficit circunstancial para abordar as limitações determinadas pelo contexto social. Para Vygotsky (1989) a deficiência pode ser compreendida como produto de condições sociais anormais, o que ele denomina como deficiência secundária. Para este autor a deficiência secundária, ou seja, construída socialmente pode ser mais limitante que a deficiência primária, ou seja, aquela de causa orgânica.

O entrevistado ainda mostra que esta concepção de deficiência trouxe a ele vergonha, baixa autoestima, dificuldade de autoaceitação, interferindo na constituição de sua subjetividade e de sua identidade. Porém, diante do fato de que esta condição seria imutável, ou melhor, somente uma intervenção divina poderia mudar, a resignação foi tomando o lugar da luta contra a condição de deficiência, na medida em que ele buscava compreender que, por razões alheias à vontade das pessoas, outras

situações poderiam também trazer sequelas, a exemplo das queimaduras. Certamente o entrevistado traz a queimadura por ser algo muito presente na região devido à “guerra de espadas” que se transformou em forma cultural de se comemorarem os festejos juninos na região do Recôncavo da Bahia. Deste modo, é muito comum encontrar sequelados da “guerra de espadas”, ficando, portanto, na concepção do discente entrevistado, mais aceitável conviver com o estigma e com a diferença.

Outro estudante também apresenta esta perspectiva da deficiência como problema ou dificuldade para a pessoa que a vivencia.

Deficiência é como já diz vários artigos, várias constituições... são aquelas pessoas que têm uma dificuldade de realização de algum trabalho, alguma atividade (...) que precisa de adaptação para realização desses trabalhos. (...) Hoje a gente divide a deficiência em 4 partes: deficiência visual, auditiva, física e intelectual e tem também o transtorno global de desenvolvimento que também se engloba um pouco na deficiência intelectual. (Trecho da entrevista feita com Miguel, estudante com Deficiência Visual/Cegueira de um curso de Licenciatura).

Embora o entrevistado demonstre leituras sobre a deficiência, citando inclusive os seus tipos, a sua concepção representa ainda a deficiência como uma condição que traz dificuldades para quem a possui. Assim, a origem do problema está localizada na pessoa. Apesar de sinalizar a necessidade de adaptação para realização das atividades diárias, o referido discente não deixa claro se estas adaptações devem ser garantidas pelo contexto social ou devem ser buscadas pela pessoa com deficiência, o que reforçaria a ideia de que a pessoa com deficiência é quem precisa se adequar aos ambientes e às condições de normalização. Isso difere da compreensão de que

a sociedade e suas instituições é que são opressivas, discriminadoras e incapacitantes e que a atenção, portanto, precisa estar direcionada para a remoção dos obstáculos existentes à participação das pessoas portadoras de deficiência na vida em sociedade e para a mudança institucional, ou seja, para a mudança de regulamentos e de atitudes que criam e mantêm a exclusão. (MITTLER, 2003, p. 26).

A deficiência como uma condição potencializada pela interação com o meio

Nesta segunda categoria foram agrupadas as falas que convergem para discussão da deficiência sob a ótica da interação com o contexto sócio-econômico-político e ambiental onde a pessoa está inserida. Observaram-se, portanto, falas relacionadas: ao preconceito vivenciado pela pessoa em condição de deficiência; a condição socioeconômica como agravante da situação de deficiência; aos recursos de acessibilidade e Tecnologia Assistiva como minimizadores do sentimento de deficiência. Embora essas temáticas inicialmente pareçam tratar de categorias diferenciadas, a análise da convergência das mesmas possibilitou a não fragmentação do discurso, favorecendo a análise do todo.

Esse exercício de criar categorias *a posteriori*, a partir dos dados já levantados, embora dificultoso, pois há uma tendência de se criar uma categoria para cada resposta, possibilita também, com base em um profundo exercício analítico, o esforço da busca por categorias mais amplas, criadas a partir de “marcos interpretativos”, sem, contudo, se afastar “dos significados e dos sentidos atribuídos pelos respondentes” (FRANCO, 2007, p. 63).

O preconceito vivenciado pela pessoa em condição de deficiência

A teoria social da deficiência relaciona este conceito ao resultado do processo de atribuição das expectativas sociais. A concepção de deficiência está ligada, então, às normas, preconceitos e valores presentes na interação entre os que definem e os que são definidos. A pessoa com deficiência desvia-se das normas da sociedade, porque ela possui uma forma não desejável, não aceita pelos padrões de normalidade estabelecidos socialmente. Essa não aceitação social pode causar no outro constrangimento e vergonha de possuir determinada deficiência.

Eu, eu comecei a fugir disso sabe? Eu acho que é um trauma de dizer que eu sou um deficiente, mas eu sempre me aceitei (...) não foi nenhum tabu de eu querer me socializar, de eu querer fazer tudo que uma pessoa normal pode fazer. A concepção que eu tenho de deficiência é... eu não vou te negar que é uma concepção de senso comum, (...) hoje eu tô querendo fazer um debate mais amplo dela, porque é aquela concepção (...) que eu

acho mesmo dentro do movimento estudantil, dentro do CAHL⁴ que é a minha realidade, (...) que deficiência é só aquele que tem a parte estrutural do corpo humano com uma deficiência, ou seja, aquela deficiência visual, a que você vê e nota (...) Mas eu consegui ver a deficiência de outro ângulo (...), digamos... um senso crítico em relação a esse debate. Então a deficiência para mim tá muito mais amplo que o corpo (...) Claro, é uma concepção cultural que (...) foi ensinada pra gente (...). A imagem que se passa de deficiente, infelizmente, é só quem é cadeirante ou quem anda com uma muleta ou quem anda com *um* óculos de garrafa na cara. (...) É, sem duvida, eu acho que isso tá mais marcado, é evidente. É triste tá falando isso, eu posso até tá enganado, mas meus colegas dos outros cursos do CAHL, até do meu próprio curso, da minha turma, a briga é: “o elevador tem que funcionar”. É como se o elevador funcionando a acessibilidade vai tá eficaz. E eu não entendo a acessibilidade só num elevador (...) (Trecho da entrevista feita com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um curso da área de Ciências Humanas).

Inicialmente esse discente aborda um “trauma” em se assumir com deficiência, embora afirme que sempre tenha se aceitado. Infere-se que esse “trauma” está, portanto, relacionado ao receio de vivenciar o preconceito social, concepção que se forma quando o outro pretende capturar o sujeito com quem interage com “uma palavra-atributo que o caracterize em sua essência” (TUNES, 2007, p. 51). Nesta perspectiva, “a noção de deficiência articula-se com a ideia de expectativa social” (TUNES, 2007, p. 51). Percebe-se que, embora haja no entrevistado a fala de autoaceitação, há também o receio, nomeado como “trauma”, de não ser aceito pelo outro por ser considerado como alguém a quem falta alguma coisa.

Em sua rica fala esse entrevistado também reconhece que, na maioria das vezes, a sociedade associa a deficiência ao estigma, a algo visível, que demarca notoriamente uma diferença, a exemplo da condição da pessoa

⁴ Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado no município baiano de Cachoeira.

com deficiência física, usuária de cadeira de rodas. Porém, o seu relato denuncia a limitação desta compreensão, tendo em vista que outros tipos de deficiência podem se tornar invisibilizados e, por isso, não serem empreendidas lutas sociais para garantir a acessibilidade das pessoas que possuem, por exemplo, deficiência intelectual ou auditiva.

Outra forma de reforçar a deficiência como um estigma, um produto social do preconceito, ao qual só se atribuem qualidades negativas, é afirmá-la dentro de uma pseudonormalidade, negando-lhe o direito de ser tratado de modo diferenciado para que acesse os bens culturais e serviços públicos como todos os demais. É a isso que se refere o princípio da não discriminação trazido pela Convenção da Guatemala⁵, fundamentado na máxima do direito de “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, apenas com vistas a dar-lhes condições de acesso ao exercício de sua cidadania e não para negá-lo.

No geral [a pessoa com deficiência] para mim é uma pessoa normal. Estou usando prótese, nós podemos fazer tudo sim que as pessoas normais fazem! Eu sou um exemplo disso. (...) eu pensei em desistir sim no começo, mas hoje eu tô usando prótese e do lado de pessoas normais. Sabemos que temos nossos limites... Eu sou feliz e isso não impede nada. Ninguém é melhor ou pior que ninguém. (Trecho da entrevista feita com Sílvia, estudante com Deficiência Física de um curso da área de Ciências Biológicas).

A fala de Sílvia também pode ser vista numa perspectiva reducionista de deficiência, como se tudo pudesse ser resolvido ou normalizado com o uso da prótese, que se trata de um componente artificial colocado em substituição a um órgão amputado, ou não, com a finalidade de suprir funções daquele órgão.

Embora inicialmente possa parecer que mais uma vez prevaleça a concepção de deficiência como algo de cunho orgânico ligado a um indivíduo, é perceptível também nesta fala que os próprios estudantes com deficiência

⁵ Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, cujo texto foi assumido no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.

têm dificuldades de se reconhecer, tornando sua deficiência um estigma, um produto do preconceito social, ao qual só se atribuem qualidades negativas. Diante disso, omitem sua deficiência buscando afirmar-se dentro de uma pseudonormalidade, provavelmente, com medo e vergonha de serem estigmatizados.

Existem questões da deficiência visual, onde possui várias partes né? [como a] baixa visão. Eu acho que, assim, minha concepção é que a pessoa que já usa óculos também é um deficiente visual (...). (Trecho da entrevista com Miguel, estudante com Deficiência Visual/Cegueira de um curso de Licenciatura).

A tentativa de considerar todas as pessoas como que vivenciando a condição de deficiência, a exemplo da referência ao uso de óculos presente na fala acima, também revela a dificuldade de aceitação e a construção de uma identidade distorcida a partir da vivência da condição de pessoa com deficiência numa sociedade que estabelece padrões de normalidade. A concepção de deficiência apenas restrita a uma vivência pessoal e a necessidade de normalização fragiliza muito a luta destas pessoas por condições de acessibilidade e garantia dos seus direitos através de políticas públicas específicas.

A condição socioeconômica como agravante da situação de deficiência

Ainda dentro da perspectiva de deficiência baseada no modelo social, isto é, que entende que as questões contextuais podem potencializar sua condição, um dos discentes aborda que a vivência da condição de deficiência é diferente para pessoas de classes sociais diferentes.

A minha necessidade especial é auditiva. (...) O médico disse que é de nascença, mas (...) para se descobrir a minha deficiência mesmo foi a partir dos meus 12 anos de idade. (...) Eu (...) tive algumas oportunidades e (...) quando eu fui fazer o teste e que eu soube que podia ficar surdo (...) eu pensei: “(...) quantos colegas meus não têm (...) nem o acesso de fazer o exame...” (...) O que eu tô querendo provocar não é só (...) a estrutura

financeira de poder ter o aparelho, mas antes de tudo a ter acesso a fazer o exame, a outras coisas. (...) (Trecho da entrevista feita com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um curso da área de Ciências Humanas).

Embora este estudante tenha trazido de volta a ênfase no poder biomédico de classificar as pessoas pelas deficiências orgânicas que possuem, não se desconsidera neste texto que o diagnóstico seja importante. Porém, ao se defender o modelo social de deficiência, entende-se que o diagnóstico médico não possui um fim em si mesmo, por isso ele não deve servir como um rótulo identificador das pessoas, mas como um ponto de partida para que o contexto social, educacional e cultural, no qual a pessoa com deficiência está inserida, se modifique para atendê-la em suas necessidades.

Considera-se, porém, que esse estudante traz outra abordagem quando relata que se sente diferenciado por ter tido a oportunidade de acesso ao diagnóstico médico no início da perda auditiva, bem como de conseguir adquirir o aparelho auditivo. Esta pode ser uma sinalização de consciência de que sua condição social o diferencia na relação com a deficiência, como também pode indicar uma leitura resignada daquilo que demarca a sua diferença, uma tentativa de aceitar com mais facilidade o que poderia ser mais difícil, caso não tivesse acesso a estes recursos.

Analisando a deficiência nesta perspectiva socioeconômica, percebe-se que, certamente, a ausência de condições favoráveis ao diagnóstico impede uma intervenção precoce e também dificulta o acesso desses sujeitos a recursos de Tecnologia Assistiva⁶ que deveriam ser assegurados a todos os que deles precisam através de políticas públicas inclusivas, conforme explicitado na discussão seguinte.

Os recursos de acessibilidade e Tecnologia Assistiva como minimizadores do sentimento de deficiência

As discussões sobre as dimensões sociais e ambientais que interferem na condição da deficiência foram iniciadas no século XX e ampliadas no início do século XXI, trazendo a necessidade de redimensionar o enfoque meramente orgânico. Assim, “a deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão social” (DINIZ, 2007, p. 16).

⁶ Recursos tecnológicos, de baixo ou alto custo, que favorecem o acesso com autonomia da pessoa com deficiência a ambientes, informações e serviços.

Esta concepção foi expressa, em 2001, pela Organização Mundial da Saúde no documento intitulado Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) que avalia a condição de deficiência tomando como base o contexto ambiental e as condições de vida das pessoas (BASTOS, 2006). O estudante a seguir retrata muito bem essa concepção.

Eu tenho medo de falar o que acho e ser preconceituoso. (...) É quando uma pessoa exerce ou tem mobilidade reduzida. (Trecho da entrevista feita com Bernardo, estudante com Deficiência Física de um curso de Licenciatura)

Embora o conceito de mobilidade reduzida, citado pelo entrevistado, possa não estar relacionado apenas à condição de deficiência, mas a dificuldade de locomoção advinda da obesidade ou da idade avançada, afeta diretamente o direito de ir e vir, constituindo-se num limite, numa restrição de fazer algo. Ressalte-se, porém, que a mobilidade reduzida tem origem não somente na condição orgânica da pessoa, mas também na ausência de condições proporcionadas pelo meio social que deve favorecer esta mobilidade. Observa-se, assim, que este estudante traz uma concepção diferenciada de deficiência, vinculada com as questões sociais e ambientais, não a relacionando apenas à dimensão orgânica. Nesse sentido, os defensores do modelo social da deficiência abordam, ainda no século XX, que “a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente hostil à diversidade física” (DINIZ, 2007, p. 15).

Entretanto, apesar deste viés da condição social da deficiência dado pelo estudante entrevistado, é possível se observar em sua fala que a deficiência é vista de modo restrito, apenas dentro da condição que o afeta diretamente, ou seja, analisando a questão da acessibilidade que afeta diretamente a pessoa com deficiência física.

Assumindo a perspectiva de que as condições disponibilizadas no ambiente podem reduzir as possíveis implicações limitadoras causadas pela deficiência, a Tecnologia Assistiva constitui-se hoje numa área de conhecimento, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência em seu contexto social, visando sua autonomia, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2009). Na fala do estudante a seguir observa-se a importância de que estes recursos sejam assegurados.

Tive poliomielite e tenho sequelas. (...) Eu tive pólio aos seis meses de idade, então durante a minha vida toda ela me acompanha e isso não vai mudar. (...) Eu só tenho dificuldades de locomoção, pois eu perdi o movimento (...) em uma das pernas. (...) Faço tratamento médico e aprendi a andar com as muletas adaptadas. (Trecho da entrevista feita com Adelmo, estudante com Deficiência Física de um curso Superior Tecnológico).

É possível verificar na fala deste estudante que a deficiência é vista como uma condição permanente com a qual ele precisou aprender conviver a partir da ajuda de recursos tecnológicos que favorecem sua inserção social. Certamente esta compreensão e abordagem faz diferença em sua forma de lidar com sua condição de deficiência.

(...) Eu tenho uma dificuldade enorme (...) de ouvir uma palestra com som (...) meu aparelho [auditivo] é digital e você consegue mexer nele até ficar um equilíbrio (...) (Trecho da entrevista feita com Vitor, estudante com Deficiência Auditiva de um curso da área de Ciências Humanas).

Diante do exposto, vê-se que as pessoas com deficiência podem ter ampliadas suas possibilidades funcionais se lhes forem disponibilizados recursos de Tecnologia Assistiva que assegurem condições de acessibilidade e autonomia. A ausência destes recursos pode ser, então, fator limitante ou impeditivo do processo de inclusão da pessoa com deficiência num determinado contexto social.

Estudiosos (GALVÃO FILHO, 2009; BERSCH, 2008) afirmam que a Tecnologia Assistiva é, portanto, essencial para o desenvolvimento do estudante com deficiência no espaço acadêmico, pois consiste numa mediação instrumental

relacionada com os processos que favorecem, compen-sam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às: funções mo-toras; funções visuais; funções auditivas e/ou funções de comunicação. (GALVÃO FILHO, 2013, s/p).

Assim tem-se reafirmada a necessidade de os diferentes níveis de ensino assegurarem a todos os estudantes os recursos necessários para melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento de competências e habilidades, legitimando as possibilidades de estes discentes participarem efetivamente do processo educacional. Segundo Santos, “(...) a falta de tais recursos pode comprometer, por exemplo, o desempenho de alunos com deficiência, pois auxiliam na superação de dificuldades funcionais para a realização de atividades” (2009, p. 8).

Considerações finais

Com base no exposto ao longo deste artigo, conclui-se que o estudo das concepções dos estudantes com deficiência acerca desta condição que vivenciam na sociedade possui grande relevância, tendo em vista que tais concepções constituem a subjetividade e identidade destes sujeitos, refletindo sobre a forma com que os mesmos interagem com e sobre o mundo. Assim, a concepção destes estudantes sobre a sua condição de deficiência pode contribuir para empoderá-los ou enfraquecê-los na luta por políticas inclusivas no nível de ensino no qual estão inseridos, reforçando atitudes e políticas inclusivas ou excludentes no contexto universitário.

De modo geral, através da presente investigação, percebeu-se uma fluidez na concepção dos entrevistados, revelando em alguns momentos a influência do modelo clínico que concebe a deficiência apenas do ponto de vista orgânico, e em outros momentos a influência, ainda que inconsciente e, portanto, sem provocar o empoderamento devido, do modelo social da deficiência, isto é, da compreensão de que a condição de deficiência está fortemente relacionada com as questões contextuais e sociais, podendo, portanto, ser potencializada por uma sociedade que possui práticas excludentes e na qual não são priorizadas políticas públicas que assegurem a promoção da inclusão. Como os sujeitos participantes são estudantes do ensino superior, observa-se a tendência a uma leitura mais crítica da realidade vivenciada na condição de pessoa com deficiência.

Essa perspectiva do modelo social da deficiência impõe para a sociedade a necessidade de adoção de medidas para o rompimento de barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência no meio social, sejam elas barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou de equipamentos públicos,

garantindo-lhes, ainda, a acessibilidade a locais públicos e privados, bem como a transportes públicos e a um sistema de comunicação geral adaptado.

Porém, conforme afirmado anteriormente, apesar do predomínio desta concepção social, ainda se apresenta em algumas falas dos estudantes entrevistados a concepção de deficiência como um problema, dificuldade, estigma, denotando um forte vínculo com o discurso do modelo clínico, ou seja, como uma condição orgânica relacionada a uma limitação de ordem física e individual.

Espera-se que esta análise possibilite releituras sobre a concepção de deficiência, reconhecendo que a mesma não é ingênua, podendo influenciar profundamente a construção de políticas, práticas e atitudes em contextos institucionais.

Referências

BASTOS, Marbênia Gonçalves Almeida. Deficiência: marco legal e institucional. In: VALDÉS, Maria Teresa Moreno. (Org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios**. Fortaleza: EDUECE, 2006.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, RS, 2008.

BRASIL, **Decreto Legislativo nº 186**, de 09 de julho de 2008. Brasília, 2008.

CAT, 2009, Comitê de Ajudas Técnicas da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - CAT/SDH/PR. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: SDH/PR, 138 p., 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2013.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

_____. **A Construção do Conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios**. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2430>. Acesso em: 16 de abr. de 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão:** explicando o déficit intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PALACIOS, Agustina. El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Grupo editorial CINCA. Madrid, 2008. Disponível em: http://www.uis.edu.co/webUIS/es/catedraLowMaus/lowMauss11_2/sextaSesion/El%20modelo%20social%20de%20discapacidad.pdf Acesso em: 16 de abr. de 2013.

SANTOS, Adriana Motta Barbosa. Tecnologia Assistiva: contribuições para inclusão educacional de pessoas com paralisia cerebral. 2009. Monografia (Pós Graduação em Educação Especial). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

TUNES, Elizabeth. Preconceito, inclusão e deficiência - o preconceito no limiar da deficiência. In: TUNES, Elizabeth; BARTHOLLO, Roberto. **Nos limites da ação:** preconceito, inclusão e deficiência. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

VYGOTSKY, Lev. S., **A Formação Social da Mente.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.